

Senado aprova projeto que acaba com saidinha de presos

Texto agora volta para a Câmara dos Deputados; Lula vai avaliar se vetará

Mathias Feijó, Thaís Oliveira e Cátia Seabra

Matéria O Senado aprovou nesta terça-feira (20) o projeto que acaba com as saídas temporárias de presos em datas comemorativas —as chamadas saidinhas. A aprovação ocorreu com 62 votos favoráveis e 2 contrários.

O texto agora deve voltar à Câmara para ser votado pelos deputados.

Interlocutores do presidente Lula (PT) afirmam que ele aguardará a posição dos ministros sobre o tema antes de decidir se irá derrubar a proposta, caso seja aprovada pela Câmara e encaminhada para sanção do Executivo. Uma possibilidade é o veto parcial, dizem aliados.

A proposta foi relatada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e abraçada pela ala conservadora da Casa, sob o discurso de endurecimento de penas criminais. Os senadores aliados do governo não discursaram, enquanto os parlamentares bolsonaristas usaram a tribuna para exaltar a medida.

O líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BR), liberou a bancada governista, ou seja, não exigiu que seus colegas da base aliada rejeitassem a proposta. Ele afirmou que partidos aliados orientaram a favor da matéria e, por isso, não iria se contrapor à maioria dos correligionários.

Wagner também afirmou que ainda não há uma definição sobre o que Lula fará caso o projeto siga para sanção presidencial.

O Senado manteve a saída para trabalho e estudo de detentos do regime semiaberto. O projeto foi aprovado pelos deputados em agosto de 2022, mas, como os senadores alteraram o texto, a matéria retorne-



O senador Flávio Bolsonaro (à dir.), relator do projeto da saidinha

Pedro Ladeira/Folha press

ará para a Câmara antes de seguir para sanção presidencial. Lula deverá enfrentar uma pressão de sua base política para que vote a proposta. As saidinhas são concessões pela Justiça a presos do sistema semiaberto que já tenham cumprido ao menos um sexto da pena, no caso de réu primário, e um quarto da pena, em caso de reincidência, entre outros requisitos.

Atualmente, a legislação nega o benefício a indivíduos condenados por crimes hediondos com resultado de morte. A nova proposta busca estender essa restrição também aos casos de crimes cometidos com violência ou g-

rave ameaça.

Além disso, a nova proposta prevê que, quando houver autorização para ida a curso profissionalizante, o tempo de saída seja o necessário para o cumprimento das atividades.

O projeto também prevê o exame criminológico —que abrange questões de ordem psicológica e psiquiátrica— como requisito para a progressão de regime.

Entidades afirmam que o exame não tem eficácia comprovada cientificamente, deixou de ser exigido no país ainda em 2002 e demora, em média, quatro meses para ser elaborado, o que pode inflar ainda mais o sistema penitenci-

“O projeto acaba com saídas temporárias em feriados, o que é diferente da autorização para o preso estudar ou trabalhar fora do presídio quando em regime semiaberto. Isso o projeto não deve tratar”

Flávio Bolsonaro
senador (PL-RJ)

ário brasileiro.

Inicialmente, Flávio Bolsonaro propunha acabar com todas as hipóteses de saída no semiaberto, até mesmo para trabalhar e estudar, um direito garantido há quase quatro décadas pela Lei de Execução Penal. No entanto, amenizou o texto para conquistar o voto da maioria.

A proposta foi aprovada com apoio do líder do PT, Fabiano Contarato (ES). O senador liberal da bancada petista e discursou a favor da proposta antes da votação. Ele chegou a apresentar uma emenda para que a saidinha fosse vedada para todas as pessoas que praticaram crimes inafiançáveis.

Não é razoável você explicar para a família de uma vítima, que teve seu filho morto por homicídio doloso, em que o cara foi condenado a nove anos de reclusão, e que não vai ficar nem três anos preso. São muitos benefícios já estabelecidos”, disse.

O tema se tornou foco de discussões e mobilizou setores da classe política após a morte do sargento da Polícia Militar Roger Dias da Cunha, 29, baleado durante uma perseguição por um homem que estava em saída temporária em Belo Horizonte.

Outro caso que gerou repercussão foi a fuga de dois dos condenados por chefiar a maior facção de tráfico de drogas do Rio de Janeiro, Saulo Cristiano Oliveira Dias, 42, conhecido como SL, e Paulo Sérgio Gomes da Silva, 47, o Bin Laden, após o direito a saidinha de Natal.

O projeto que acaba com as saídas temporárias foi aprovado pelos deputados em 2022, por 312 votos a favor e 93 contra.

O senador Sérgio Moro (União Brasil) —que apresentou a emenda que permite a saidinha para trabalho e estudo— discursou em favor do projeto. “Eliminamos as saidinhas nos feriados porque, a cada um desses feriados, centenas ou milhares de presos são colocados em liberdade. A ideia inicial pode até ser benigna, mas muitos desses presos não voltam”, disse.

O relator Flávio Bolsonaro afirmou que o projeto foi

aprovado na Câmara com o veto para saídas de presos para estudar e fazer cursos profissionalizantes, mas que o Senado retornou essa previsão após negociação da Comissão de Segurança “para que o projeto avançasse” e por ser pertinente porque “de fato contribui para ressocialização do preso”.

“O projeto acaba com saídas temporárias em feriados, o que é diferente da autorização para o preso estudar ou trabalhar fora do presídio quando em regime semiaberto. Isso o projeto não deve tratar”, disse.

Entenda o que muda

Legislação atual:

- Vale para condenados a qualquer tipo de delito, exceto para casos de crime hediondo com resultado em morte
- Podem sair temporariamente em datas comemorativas, para visita à família, cursos profissionalizantes e atividades de ressocialização quem cumprir os seguintes requisitos: 1) comportamento adequado; 2) cumprimento de 1/6 da pena em caso de réu primário e 1/4 se for reincidente; 3) obter autorização judicial
- Progressão de regime: exame criminológico é exceção, a lei não impõe, mas pode ser exigido pelo juiz mediante decisão fundamentada

Como fica de acordo com texto do Senado:

- Além dos crimes hediondos, também ficam vedadas saidinhas para condenados por crimes com violência ou grave ameaça
- Acaba com saidinhas em datas comemorativas e permite apenas saídas temporárias para estudos e trabalho externo
- Progressão de regime: obriga o detento a passar por exame criminológico

Agência nacional mantém multas à Enel São Paulo

SÃO PAULO REUTERS. A Anel (Agência Nacional de Energia Elétrica) manteve multas de mais de R\$ 100 milhões contra a distribuidora Enel São Paulo por casos de falhas registradas entre 2019 e 2022, segundo decisão tomada nesta terça-feira (20) e publicada no Diário Oficial.

Em reunião de diretoria, a Anel negou um recurso da distribuidora Enel São Paulo para afastar uma multa de R\$ 12 milhões por falhas no atendimento a consumidores após problemas no fornecimento de energia em 2019.

A penalidade foi aplicada depois que perturbações e desligamento em linha de transmissão e estações, em janeiro de 2019, levaram à interrupção dos serviços a 427 mil consumidores da área de concessão da Enel São Paulo, com danos em instalações e equipamentos elétricos, estruturas e alvenarias.

Segundo a agência reguladora, a concessionária de distribuição que atende a capital paulista e região metropolitana só tomou conhecimento da gravidade e extensão dos danos após três dias da ocorrência, o que retardou o início do atendimento aos consumidores.

Procurada pela reportagem, a Enel Distribuição São Paulo respondeu até a conclusão desta edição que não vai comentar as decisões.

Leticia Puchina



O governador Tarcísio de Freitas (ao centro) no lançamento do programa Alfabetiza Juntos

Francisco Legeza/Correio do Estado de São Paulo

Tarcísio diz que professor de SP não tem o melhor salário, mas tem amor

Isabela Palhares

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) reconheceu na manhã desta terça-feira (20) que os professores de São Paulo precisam de melhores condições de trabalho. O ano letivo começou nas escolas estaduais paulistas no dia 15 de fevereiro com falta de profissionais para dar aulas.

“A gente sabe que os professores não têm a melhor estrutura nem o melhor salário, mas eles têm muito

amor. E quando a gente for resolvendo as questões sociais, vamos dar melhor condições para eles trabalharem”, disse o governador.

Ele participou na manhã desta terça do lançamento do programa Alfabetiza Juntos SP, com recursos do governo federal, vai oferecer apoio pedagógico aos municípios para garantir que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa —até o fim desse ano, segundo o governador, o problema já deixou alunos sem aula nos primeiros dias por falta de professores.

“Problema ocorreu após a gestão Tarcísio mudar as regras de definição das aulas para os professores temporários (chamados de categoria O), que são quase metade do total de 216 mil docentes que atuam na rede paulista”.

Depois de dois anos sem contratar efetivos, a Secretaria Estadual de Educação fez um concurso com a previsão de convocar 15 mil docentes. A

Feder afirmou que o problema será solucionado, no máximo, até quinta-feira (22). Na semana passada, a secretaria já havia dito que a questão seria sanada na sexta-feira (26).

“Provavelmente, entre hoje [terça] e quinta-feira, esses problemas vão estar 100% resolvidos”, disse o secretário.

O problema ocorreu após a gestão Tarcísio mudar as regras de definição das aulas para os professores temporários (chamados de categoria O), que são quase metade do total de 216 mil docentes que atuam na rede paulista.

Depois de dois anos sem contratar efetivos, a Secretaria Estadual de Educação fez um concurso com a previsão de convocar 15 mil docentes. A